

Araçatuba - Sábado, 12 de maio de 2007

Opinião - ARTIGO

Carta-manifesto do Fórum dos Diretores

Paulo Roberto Botacin

Nos primeiros dias do governo José Serra, as três universidades públicas (UNESP, USP e UNICAMP), por força de decretos estaduais tiveram sua autonomia limitada.

Nesse sentido, em decorrência do decreto estadual nº 51.461, foram vinculadas à recém-criada Secretaria de Ensino Superior, que tem como uma de suas atribuições a "proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior em todos os seus níveis."

Isso significa que, nos termos do decreto, cabe ao titular da nova secretaria "decidir sobre as proposições encaminhadas pelos dirigentes dos órgãos subordinados e das entidades vinculadas à Secretaria."

Decorre dessas disposições governamentais que as políticas e diretrizes universitárias, mesmo quando aprovadas nos diferentes colegiados da universidade, deverão receber o crivo decisório do secretário de Ensino Superior, num flagrante desrespeito ao que dispõe o artigo 207 da Constituição Federal.

Fica patente, por mais que se diga o contrário, que o princípio da autonomia financeira e de gestão administrativa, uma conquista histórica das três universidades públicas paulistas, foi esquecido e posto de lado por um decreto do governo do Estado de São Paulo.

De outra parte, o ensino superior público ficou fragmentado em duas secretarias de Estado: UNESP, USP e UNICAMP na Secretaria de Ensino Superior, e as FATECs na Secretaria de Desenvolvimento, sucessora da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Essas mudanças, além de em nada contribuírem para melhorar a qualidade do ensino superior público, acarretam desperdício de recursos humanos e financeiros.

A criação da Secretaria de Ensino Superior é justificada, por aqueles que tomaram essa decisão, como necessária, tendo em vista dar uma configuração sistêmica ao ensino superior, visando contribuir para a melhoria da educação básica em nosso Estado.

Nesse aspecto é preciso deixar claro que, embora há pelo menos duas décadas as universidades públicas do Estado de São Paulo venham realizando um conjunto muito significativo de ações em parceria com a Secretaria da Educação, tanto na formação inicial, como na educação continuada, está-se remetendo a elas (UNESP, USP e UNICAMP) uma responsabilidade e uma função prioritária que não lhes cabe.

Particularmente, no caso da UNESP, a colaboração com a Secretaria da Educação na formação dos profissionais da educação tem sido profícua e permanente. Nos últimos dez anos, a UNESP ampliou a formação de professores, inclusive com a oferta de isenção de taxa de vestibular para aqueles estudantes que desejem cursar licenciaturas. No campo da educação continuada, participou do PEC (Programa de Educação Continuada) nos anos de 1997 e 1998, quando assumiu a coordenação de vários pólos no interior do Estado.

Na formação inicial colaborou com a Secretaria da Educação na qualificação de docentes para as séries iniciais do ensino fundamental e firmou convênios com quarenta e quatro prefeituras municipais para a formação em cursos de Pedagogia dos profissionais em exercício nessas redes municipais. Ao todo, ao longo dos últimos sete anos, a UNESP formou em cursos de graduação em nível superior quase dez mil profissionais.

Por fim, cabe lembrar que UNESP, USP e UNICAMP, em decorrência da autonomia financeira e de gestão universitária conquistada por elas no ano de 1989, respondem por mais de 50% da pesquisa produzida no Brasil e conseguiram, apesar das restrições orçamentárias, ampliar significativamente o número de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação, no decorrer dos últimos dez anos, mesmo com a diminuição do seu quadro docente e de servidores técnico-administrativos.

Pelo exposto, entendemos que não se justificam as medidas tomadas no início do Governo José Serra, quanto à educação superior pois estas não estão à altura dos desafios da sociedade paulista.

Paulo Roberto Botacin é Coordenador do Fórum de Diretores da Unesp